



educação não é mercadoria

Dias difíceis, resposta feita de crença e de luta

Para os professores e educadores, Setembro marca o início de uma nova etapa, mesmo um novo recomeço, talvez mais do que o dia 1 de Janeiro para a generalidade das pessoas. Contudo, convenhamos que, para milhares, será muito difícil partir para mais uma nova etapa de vida profissional com o optimismo, a energia e a confiança típicas destas ocasiões – e tão necessárias, tendo em conta o passado recente no mundo da educação. Sobretudo se se tratar de um docente ainda sem colocação, a viver, e sem saber por quanto tempo, uma situação de desemprego; ou se for um dos muitos milhares de contratados, talvez a conhecer agora a *enésima* escola no seu percurso, mas ainda sem vislumbrar qualquer hipótese palpável de assegurar, na profissão que escolheu, perspectivas de um futuro estável e de acesso à carreira. Ou mesmo um dos muitos que, ocupando já um lugar de quadro, anseiam pela possibilidade de mudança para uma escola / um agrupamento que não diste dezenas ou mesmo centenas de quilómetros da residência familiar.

A verdade é que o espírito positivo se torna mesmo bem difícil quando o Governo persiste numa verdadeira política da asneira! Foi o caso com a absurda manutenção da avaliação do desempenho como factor de graduação profissional, responsável por inúmeras situações de completa subversão das listas ordenadas, com candidatos a serem, por vezes, ultrapassados por centenas de outros; é o caso com a continuada aposta na instabilidade e na precariedade, como os números das recentes colocações comprovam à saciedade, quase atingindo uns incríveis 17.300 horários anuais preenchidos no concurso de contratação (inclui renovações), largamente superiores aos já significativos 15 mil de 2009.

E estes são apenas dois dos muitos factores que nos vêm lembrar que não podemos baixar os braços. Objectivos não nos faltam: um Estatuto de Carreira melhor e dignificador da profissão; uma carreira menos longa e que respeite e conte todo o tempo de serviço prestado; uma avaliação que contribua mais para o desenvolvimento profissional e individual e não se transforme no centro do processo educativo; um concurso interno e externo, já em 2011, eliminando a avaliação do desempenho como factor de graduação; e a lista poderia, infelizmente, continuar...

Como os restantes trabalhadores, os educadores e professores poderão e deverão ter já uma participação activa nas iniciativas do próximo dia 29 de Setembro – é preciso que a resposta seja a prova de que não desistimos, nem de acreditar, nem de lutar por aquilo em que acreditamos! Como em tudo na vida, também profissionalmente há que olhar em frente e acreditar sempre na possibilidade de um futuro melhor, mas com a consciência de que é preciso lutar por aquilo em que se acredita e correr atrás de dias melhores. Não basta ficar à espera que as coisas aconteçam por si... ▶

José Manuel Costa,
Direcção do SPN



Director Abel Macedo · **Editor** António Baldaia · **Conselho de Redacção** Fernando Bessa, Henrique Borges, José Domingues, José Manuel Costa, Rogério Ribeiro
Colaborador Permanente José Paulo Oliveira

Design Gráfico Adriano Rangel · **Capa** Fotografia da Sala de aula na Escola Oficina n.º 1 da Graça, em Lisboa. Aula de Desenho, ca. 1914. Boletim da Escola Oficina, n.º 1, Janeiro de 1918, Museu Maçónico · **Impressão** Lisgráfica, SA

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redacção e Administração** R. D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6
E-mail spninfo@spn.pt · **Site** <http://www.spn.pt>

Tiragem média 20.000 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal** n.º 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não reflectem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direcção do SPN.

Recuperação começa com os professores

Na Educação, como noutros sectores da governação, *reduzir custos a todo o custo* é a palavra de ordem. Esta preocupação está na base de muitas medidas que têm vindo a ser tomadas de forma precipitada e intempestiva, provocando perturbação e instabilidade nas escolas.

Entre Julho-Agosto, em pleno período de encerramento de um ano lectivo e de preparação de um novo, fundiram-se dezenas de estabelecimentos de ensino em 84 mega-agrupamentos, encerraram-se sete centenas de escolas do 1º Ciclo, adulteraram-se os critérios para a constituição de turmas, extinguiu-se o projecto Escola Móvel, reduziu-se o número de professores bibliotecários, limitou-se o acesso gratuito ao ensino especializado da música, acabou-se com o ensino recorrente nocturno, alteraram-se as regras de funcionamento dos cursos de educação e formação...

Estas medidas, de cariz marcadamente economicista, vêm juntar-se a problemas criados nos últimos anos e que a actual equipa do ME, apesar das expectativas criadas, manteve inalteráveis:

- horários de trabalho sobrecarregados, com um número excessivo de reuniões e tarefas burocráticas desgastantes e pedagogicamente inúteis;
- uma avaliação do desempenho que ameaça tornar-se um elemento fortemente perturbador do trabalho dos professores e a sua principal preocupação ano após ano;
- um modelo de gestão escolar de cariz tecnocrático que desvaloriza os órgãos pedagógicos e o seu funcionamento democrático;
- uma precariedade laboral e uma instabilidade profissional crescentes que afectam muitos milhares de professores (nos últimos 3 anos aposentaram-se 15 210 docentes e entraram nos quadros apenas 396).

Para algumas destas matérias, 2010/2011 poderá ser um ano importante e porventura decisivo: a vinculação de professores contratados (o ME assumiu o compromisso de realizar um concurso nacional em 2011, que permita não só a mobilidade, mas também a entrada nos quadros de docentes que têm vindo a assegurar necessidades permanentes do sistema); a avaliação do desempenho (a aplicação deste regime será avaliada no final do ano, impondo-se a introdução de alterações significativas em todo o processo); a rede escolar (a forma como os mega-agrupamentos agora impostos vierem a funcionar levará à consolidação deste processo ou, pelo contrário, tornará evidente a necessidade da sua correcção).

Uma coisa parece certa: nenhum desenvolvimento positivo nestas ou noutras áreas ocorrerá sem a nossa acção firme e determinada.

Os sindicatos têm que fazer a sua parte, dando voz aos professores que representam, denunciando os problemas, propondo soluções alternativas, mobilizando a classe em torno das suas reivindicações centrais. Mas não podem substituir-se aos professores e aos órgãos das escolas, aos quais também cabe tornar visível o impacto negativo destas medidas nas condições de trabalho e no processo de ensino-aprendizagem, assumindo uma atitude mais activa na exigência de uma outra política educativa.

A promoção do sucesso educativo de todos e a aposta na qualificação dos portugueses não se fazem sem mais investimento na Escola Pública, aos vários níveis. A manutenção da situação actual e, mais ainda, o seu previsível agravamento, levarão a maiores retrocessos e porão ainda mais em causa o direito à educação.

No âmbito da comemoração do centenário da República e de mais um Dia Mundial dos Professores, o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e «A Página da Educação» estão a promover o colóquio *Educação e Res Publica*. Ainda durante o primeiro período, o SPN vai levar a cabo um conjunto de seminários distritais preparatórios do VII Congresso dos Professores do Norte, que terá lugar em Fevereiro de 2011, sob o lema *Escola Democrática - Pública, Solidária, Para Todos*. Estas iniciativas serão oportunamente divulgadas, mas fica já aqui um apelo aos sócios do SPN para que participem activamente, enriquecendo as posições sindicais com a sua reflexão.

Um bom ano de trabalho para todos! ▶



Manuela Mendonça
coordenadora do SPN

INFORMAR, ESCLARECER, DEBATER: plenários do SPN com boas participações



07.JULHO. Enquadrado numa iniciativa da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) especificamente dirigida aos contratados, o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) promoveu um plenário regional que decorreu no Porto. Destinado a debater as perspectivas futuras no que respeita a emprego e concursos, entre outros assuntos, a iniciativa contou com a presença do secretário-geral da Fenprof e da coordenadora do SPN: Mário Nogueira apelou aos presentes para a manutenção do sentido da luta em defesa do direito ao emprego com condições e estabilidade; Manuela Mendonça destacou a necessidade do envolvimento de todos nesta luta, com o objectivo de chamarmos cada vez mais os professores e educadores contratados e desempregados à defesa dos seus direitos. Nogueira concluiu chamando a atenção para o facto de o ME ter assumido que o concurso para ingresso em lugar de quadro, previsto para 2013, seria realizado já em 2011, referindo a exigência da concretização do compromisso assumido. O plenário – o mais participado a nível nacional – teve ainda um debate com intervenções que irão contribuir para melhorar a acção do SPN e da Fenprof junto destes docentes. ▶



08.JULHO. Para informar, esclarecer e debater com os educadores e professores a situação político-sindical e as alterações ao Estatuto da Carreira e ao modelo de avaliação (publicadas a 23 de Junho), o SPN promoveu um outro plenário regional, também no Porto. Na mesa estiveram o coordenador, Abel Macedo, e os dirigentes José Manuel Costa e Maria José Silva, coordenadora da Direcção Distrital. Apesar da altura – fim de ano lectivo, com os diversos afazeres que muitos professores ainda tinham e do cansaço que, naturalmente, assola todos nesta altura do ano –, a plateia encheu e participou de forma interessada e crítica. Foi mais um excelente momento de partilha com os sócios, e docentes em geral, e de recolha de testemunhos e das percepções e vivências nas escolas. Porque informar e ouvir os professores é uma das preocupações do SPN, outros momentos se organizarão no ano lectivo que agora se inicia, esperando-se que os educadores/professores participem activamente. ▶

29 DE SETEMBRO, DIA EUROPEU DE ACÇÃO

Porque exigimos uma viragem nas políticas e no modelo de sociedade em que vivemos; porque é urgente melhorar as condições de vida – nós, educadores/professores também vamos à luta!

O modelo de globalização que nos tem vindo a ser imposto, e que se reveste de um cariz marcadamente neoliberal, deve ser avaliado pelo que nos traz. Se é certo que um bom número dos males de que sofre o mundo existia antes da fase actual de globalização, é igualmente certo que a exclusão, a miséria e as desigualdades têm vindo a ganhar terreno e constituem hoje questões centrais do debate político, que é cada vez mais um debate sobre a democracia e a justiça social.

Ao processo de globalização que vivemos, e que se tem vindo a desenvolver num contexto de vazio ético, devemos contrapor uma globalização centrada no ser humano, portadora de uma dimensão social, sem a qual continuará a ser considerada como uma nova forma de dominação e de exploração.

O tempo que vivemos é, por isso, cada vez mais um tempo de resistência e de combate ao neoliberalismo, que:

- impõe os interesses da finança e do capital às políticas dos governos;
- promove as leis do mercado em detrimento dos princípios democráticos de equidade e solidariedade, agravando a desigualdade social, a precariedade, o desemprego, a pobreza e a exclusão;
- desresponsabiliza o Estado das suas funções sociais, desqualificando os serviços públicos e promovendo a sua privatização;
- ataca os mais elementares direitos dos trabalhadores e as organizações que os representam.

A educação, tal como os outros serviços públicos, não ficou incólume a esta situação, que tem vindo a agravar-se cada vez mais. Agora que a crise foi “decretada”, assistimos a uma acentuada degradação da qualidade da Escola Pública e da situação profissional dos docentes.

Degradação que resulta de:

- cortes no financiamento;
- congelamento de salários (quando não redução);
- alteração das regras de aposentação e do cálculo das pensões;
- redução de vínculos e aumento de contratos precários;
- alargamento dos horários de trabalho e do número de alunos por turma;
- restrição de apoios a alunos com necessidades educativas especiais;
- tentativas de funcionarização dos professores e de controlo da actividade docente;
- burocratização dos sistemas de avaliação do desempenho;
- desenvolvimento de lógicas de privatização, quer através do financiamento público ao ensino privado, quer transformando as instituições de Ensino Superior em fundações.

Foi neste contexto – com o empobrecimento da maioria dos trabalhadores e dificuldades crescentes para os jovens, os pensionistas e os reformados, em contraste com o contínuo enriquecimento de um reduzido número de privilegiados – que a CGTP-IN decidiu promover um conjunto diversificado de iniciativas e acções, de que se destaca a grande Jornada de Luta de 29 de Setembro: pelo emprego, salários, serviços públicos; contra o desemprego e as injustiças. Esta jornada integra o Dia Europeu de Acção, convocado pela Confederação Europeia de Sindicatos, e terá expressão em duas grandes concentrações a realizar no Porto [concentração dos professores às 15 horas, na Praça dos Leões] e em Lisboa.▶

**EMPREGO
SALÁRIOS
SERVIÇOS PÚBLICOS**

**CONTRA O DESEMPREGO
E AS INJUSTIÇAS**

**40 ANOS
CGTP**

**JORNADA DE LUTA
LISBOA.PORTO**
Paralisações, Greves e Concentrações

29/09/2010

Integrado na Jornada de Luta Europeia Confederação Europeia de Sindicatos



Crónica de uma desgraça anunciada

Concursos 2010

Primeiro foi a rábula em torno da consideração ou não da avaliação do desempenho docente na graduação dos candidatos, com os docentes e os sindicatos da Fenprof a conduzirem a sua luta contra tal consideração em todas as frentes, inclusivamente na jurídica, que só não foi vitoriosa porque o ME não hesitou em recorrer à mentira perante o Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja para conseguir fazer valer os seus intentos, como foi clara e pormenorizadamente exposto na anterior edição da «SPN-Informação».

Não será de mais lembrar que, desde que a questão se colocou (2008), a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) se opôs à consideração da avaliação do desempenho na graduação para concursos – que nem sequer está prevista no Estatuto da Carreira Docente – e que a mesma só persiste na legislação de concursos por vingança, primeiro, e teimosia, depois, do Ministério da Educação / Governo, com as responsabilidades a terem que ser partilhadas pela anterior equipa e pela actual.

De facto, após a apresentação da proposta, como parte do anteprojecto de diploma que veio a dar origem ao Decreto-Lei n.º 51/2009, que regula os concursos, a equipa de Lurdes Rodrigues chegou a assumir que a deixaria cair, desde que a Fenprof desconvocasse a greve então marcada para 19 de Janeiro de 2009. Claro que tal seria impensável e ter-se-ia traduzido por uma traição à classe que a Federação orgulhosamente representa, como bem o comprovaram os mais de 90% de docentes que aderiram a essa greve, convocada para o dia em que o abominável ECD de então completava dois anos de vigência.

Na ocasião, apesar de tudo, não deixou de ser importante que se tivesse acabado por evitar a consideração da avaliação logo no primeiro concurso que se viria a realizar pouco depois. Infelizmente, o concurso de 2010 já ficou indelevelmente marcado pelas gravíssimas distorções e injustiças que tal consideração trouxe às listas de graduação dos candidatos, havendo milhares de casos de ultrapassagens e muitos em que candidatos desceram várias centenas de lugares!

Atraso não evitou problemas

Depois foi o inexplicável atraso que o ME impôs na abertura do período para a expressão de preferências pelos candidatos, levando a que o mesmo coincidissem já com o período de férias da esmagadora maioria, trazendo assim ao processo, e sobretudo aos candidatos, mais uma dificuldade que seria perfeitamente evitável. Aliás, ainda não há muitos anos, a expressão de preferências chegou a ser simultânea com a candidatura, não se descortinando a razão por que tal deixou de acontecer...

Se ao menos o atraso tivesse tido reflexos positivos na fluidez do processo, ainda se poderia compreender. Mas, curiosamente, aconteceu exactamente o contrário, com o processo a ser marcado por problemas de vária ordem, entre os quais diversas falhas informáticas da aplicação, de que aqui se dão apenas alguns exemplos.

Quanto à renovação do contrato, houve docentes que estavam em condições legais de expressarem essa intenção, mas não o puderam fazer por não surgir na aplicação o campo onde a deveriam assinalar, enquanto candidatos que não reuniam tais condições legais tiveram acesso a esse campo e vieram mesmo a obter uma renovação indevida, única explicação para o facto de o número de renovações (9998) ter sido superior ao número de docentes que há um ano haviam sido contratados em horários completos e anuais (????)!

No respeitante ao tipo de contrato a que era possível concorrer – anual ou anual e temporário –, houve candidatos, sobretudo da Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo, que não conseguiram colocar nas suas preferências a hipótese “anual e temporário”, curiosamente de acordo com o referido no próprio manual de instruções, que refere que os docentes destes grupos só podem concorrer a horários “anuais”. Tudo estaria bem, não fosse dar-se o caso de a situação e a instrução desrespeitarem o estipulado no Decreto-Lei n.º 51/2009!...

Os problemas surgiram, também, quanto ao tipo de horário – completo ou incompleto –, designadamente entre docentes candidatos aos grupos de Educação Especial, em que a aplicação não permitiu, a alguns, manifestarem as suas opções pelos quatro intervalos de horário, limitando-os à opção 1 (horário completo).

Por último, refiram-se ainda alguns problemas surgidos no concurso reservado a candidatos a DACL (destacamento por ausência de componente lectiva), tendo havido docentes a quem a aplicação informática “importou”, por defeito, códigos de quadro de zona pedagógica errados, tendo sido solicitado a esses docentes, já posteriormente ao termo do prazo de candidatura, que introduzissem as necessárias correcções aos códigos, tendo-se ainda verificado que, pelo menos transitoriamente, essas correcções não eram viáveis, pois os candidatos não conseguiam aceder à aplicação, conforme lhes era solicitado pela Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação (DGRHE)!

Colocações mantêm instabilidade e precariedade

Todas estas situações motivaram, como seria de esperar, uma verdadeira corrida aos serviços dos sindicatos, que, apesar do período em causa, conseguiram dar uma resposta capaz, ao contrário do que se constatou relativamente à DGRHE, com o CAT praticamente sempre indisponível...

Mas, se tudo quanto acima se expôs já é, pela sua gravidade, absolutamente inadmissível, que dizer quanto aos números globais de colocações (ver quadro na página seguinte), em que se constata que se mantém, e inclusivamente se reforça, a aposta na instabilidade e na precariedade, como acabou de se comprovar nas colocações de 30 de Agosto, que ditaram quase 17.300 horários anuais preenchidos no concurso de contratação (incluindo situações de renovação). Número que consegue ser largamente superior aos já muito significativos 15 mil contratados no ano passado.

Definitivamente, estabilidade não passa – para este Governo, como para o anterior – de uma palavra bonita que, por vezes, dá jeito usar quando se quer enganar o povo quanto ao estado da Escola e da Educação em Portugal.▶

José Manuel Costa,
Direcção do SPN



COLOCAÇÃO E RENOVAÇÃO DE CONTRATOS

GRUPO		CONTRATADOS	HORÁRIOS COMPLETOS	RENOVAÇÕES	TOTAL HORÁRIOS COMPLETOS	TOTAL COLOCADOS
100	Ed. Pré Escolar	287	287	275	562	562
110	1º Ciclo Ens. Básico	252	252	821	1073	1073
200	Port./Est. Sociais/História	186	115	247	362	433
210	Português/Francês	69	36	108	144	177
220	Português/Inglês	248	136	413	549	661
230	Mat./Ciências da Natureza	423	249	923	1172	1346
240	Ed. Visual e Tecnológica	327	168	442	610	769
250	Ed. Musical	170	38	122	160	292
260	Ed. Física	173	68	255	323	428
290	EMRC	0	0	0	0	0
300	Português	324	152	385	537	709
310	Latim/Grego	1	0	1	1	2
320	Francês	124	26	171	197	295
330	Inglês	241	90	178	268	419
340	Alemão	1	0	1	1	2
350	Espanhol	159	132	101	233	260
400	História	353	121	385	506	738
410	Filosofia	204	83	330	413	534
420	Geografia	335	87	343	430	678
430	Economia/Contabilidade	209	141	301	442	510
500	Matemática	509	224	979	1203	1488
510	Física/Química	498	192	646	838	1144
520	Biologia/Geologia	490	188	676	864	1166
530	Ed. Tecnológica	114	30	72	102	186
540	Electrotecnia	28	27	37	64	65
550	Informática	244	225	308	533	552
560	Ciências Agro-Pecuárias	15	12	6	18	21
600	Artes Visuais	200	124	209	333	409
610	Música	38	16	22	38	60
620	Educação Física	505	206	630	836	1135
910	Ed. Especial 1	542	542	604	1146	1146
920	Ed. Especial 2	9	9	7	16	16
930	Ed. Especial 3	0	0	0	0	0
		7.278	3.976	9.998	13.974	13.974

COMUNIDADES EDUCATIVAS CONTESTAM EXTINÇÕES

No dia 14 de Julho, cerca de 400 pessoas das comunidades educativas de Gandarela, Mota Fervença, Arco de Baulhe e Maximinos (distrito de Braga), concentraram-se no Porto, junto à Direcção Regional de Educação do Norte, com o objectivo de contestar a extinção de quatro agrupamentos – os três primeiros, com aquelas denominações e o último, Frei Caetano Brandão.

Após um desfile muito participado e animado, fizeram entrega das suas posições ao director regional, numa reunião que durou 2h, deixando claro, perante a inflexibilidade da sua posição, que não irão baixar os braços e que tudo farão para que este processo seja suspenso a curto prazo.

Além desta iniciativa, no dia 20 de Julho, as comunidades educativas dos agora extintos agrupamentos do concelho de Celorico de Basto promoveram ainda uma concentração de protesto junto à respectiva Câmara Municipal.

Iniciou-se agora um novo ano escolar e, com ele, uma nova lógica de gestão dos referidos agrupamentos que em nada irá contribuir para um funcionamento organizado e equilibrado. Quem se viu confrontado com esta nova realidade, praticamente de um momento para o outro, sente já os efeitos menos positivos desta junção.

A consciência, o conhecimento da situação e a preocupação demonstrada pelos representantes das associações de pais, conselhos gerais, autarcas e direcções dos já referidos e extintos agrupamentos demonstraram claramente que esta é uma batalha que não foi ganha pelo ME/DREN e que se mantém disponíveis para continuar esta luta. Esperemos que outros vejam nestes intervenientes um exemplo a seguir!



foto Ana Alvim

Lá fora aposta-se em escolas pequenas

Contrariando a tendência nacional, os grandes agrupamentos estão em queda em vários países que já viveram a experiência e tiveram maus resultados.

Em Nova Iorque, foram fechados ou estão em encerramento 91 estabelecimentos. Entre eles, mais de 20 grandes escolas públicas secundárias foram substituídas por 200 novas unidades – nas primeiras chegavam a coabitar mais de três mil alunos; nas novas, o máximo vai pouco além dos 400. Em algumas das que fecharam, eram menos de 40% os alunos que tinham êxito nos estudos; agora, no conjunto da cidade, a percentagem é de 60%, mas nas novas unidades já subiu para os 69%.

Escolas mais pequenas são também prioridade do primeiro-ministro britânico, constituindo uma inversão da tendência registada na última década no Reino Unido: escolas com mais de dois mil estudantes quase quadruplicaram e cerca de 55% das secundárias têm mais de 900 alunos. Com esta dimensão, a função dos professores passou a ser mais “apagar fogos” do que ensinar, constata um documento elaborado pela organização de professores Teach First.

Também em Londres, um estudo elaborado com base nas experiências dos países da OCDE concluiu que os alunos tendem a sentir-se menos motivados nas escolas maiores e que os professores se sentem menos felizes com o ambiente.

Na Finlândia, onde a pequena dimensão é apontada como marca de um sistema de ensino que se distingue pela excelência de resultados, 40% das escolas têm menos de 50 alunos e apenas 3% têm mais de 600... Além disso, para chegarem às respectivas escolas, as crianças não podem deslocar-se mais do que cinco quilómetros...

Fonte: «Público»

Reestruturação da rede escolar

O Sindicato dos Professores do Norte (SPN) reuniu, no final de Junho, com representantes dos órgãos de gestão das escolas da região. O encontro visava fazer o ponto da situação sobre o processo de reestruturação da rede escolar e discutir as suas implicações na vida das escolas e no próprio sistema educativo.

Os presidentes de conselhos gerais e directores presentes manifestaram a sua indignação pela forma como a Administração tem conduzido o processo – comunicando factos consumados via telefone, com total desrespeito pelos mandatos e pelas posições dos órgãos de administração e gestão das escolas envolvidas – e a sua oposição relativamente à imposição de mega-agrupamentos, com milhares de alunos e centenas de professores dispersos por vários edifícios. Consideram, nomeadamente, que:

- as alterações à rede escolar devem ser precedidas por uma discussão alargada que envolva as escolas, as comunidades educativas e os municípios, e as soluções a adoptar enquadradas pelas Cartas Educativas Municipais;
- as escolas necessitam de estabilidade, não sendo possível trabalhar eficazmente num sistema em permanente mudança. Impõe-se avaliar criteriosamente as reformas que têm sido implementadas, nomeadamente o funcionamento dos agrupamentos de escolas já existentes, antes de avançar para a criação de outros de maior dimensão e complexidade;

- é inaceitável que a administração avance com o anúncio desta medida nesta altura do ano, provocando perturbação e instabilidade nas escolas num período particularmente complexo de final de ano escolar e preparação do arranque de um novo;

- a Lei de Bases do Sistema Educativo preconiza que, na administração do sistema educativo e das escolas, devem prevalecer critérios de natureza pedagógica sobre quaisquer outros. Ora a anunciada reestruturação tem na base essencialmente razões economicistas, visando, através da concentração de serviços e de órgãos na escola-sede, a redução de custos com os cargos de direcção, e com o pessoal docente e não docente;

- não se vislumbra qualquer racionalidade pedagógica nestas super-estruturas organizacionais, que resultam da fusão de escolas com identidades e culturas próprias, em muitos casos integradas em diferentes realidades sociais, económicas e culturais;

- a decisão da Administração de fazer cessar, de forma abrupta e arbitrária, os projectos educativos em desenvolvimento no terreno (incluindo os das escolas TEIP) e os mandatos dos órgãos de administração e gestão configura um desrespeito pelo funcionamento democrático das escolas e é a prova de que estamos perante um processo de recentralização da Administração Educativa, sendo a autonomia das escolas cada vez mais uma miragem;

- a reestruturação da rede deve ter em conta a humanização dos espaços escolares. Num mega-agrupamento com milhares de alunos não é possível o reforço das relações interpessoais e a criação de um sentimento de pertença a uma comunidade, que permitam favorecer a inclusão e combater o abandono e o absentismo;



- a coordenação pedagógica intermédia e o trabalho conjunto dos professores de uma determinada área disciplinar ou de um determinado ciclo ficam muito dificultados em departamentos curriculares sobredimensionados, com largas dezenas de professores dispersos por vários edifícios, e em alguns casos fisicamente distantes;

- a substituição de uma gestão de proximidade por uma gestão à distância impedirá uma resposta localizada e atempada aos problemas (nomeadamente aos de indisciplina e violência) e levará a mais formalismos, mais instâncias intermédias e mais atrasos na resolução dos problemas;

- esta solução organizativa pode e deve ser contestada mesmo à luz do que consta na resolução do Conselho de Ministros: “a reorganização deve processar-se de forma gradual e em função das especificidades de cada agrupamento e de cada escola não agrupada, não podendo determinar: b) a criação de agrupamentos de escolas com uma dimensão desadequada ao desenvolvimento do PE”. Ora, a criação destes mega-agrupamentos não só não favorece a consecução dos objectivos pretendidos como compromete o sucesso e o combate ao abandono que diz querer promover.

Em face de tudo isto, os presentes consideraram que é uma hipocrisia tentar justificar estas opções com uma suposta melhoria da qualidade do ensino, de que os alunos seriam os maiores beneficiários. Esta medida criará constrangimentos acrescidos à organização pedagógica e ao funcionamento das escolas e levará a um inevitável aumento da burocracia, contribuindo para a deterioração da qualidade da escola pública.

Concluindo não existir neste momento um enquadramento legal que permita considerar extintos os actuais agrupamentos e escolas não agrupadas, os representantes das escolas presentes manifestaram a sua determinação em promover reuniões dos órgãos que dirigem para debate da situação e posterior tomada de posição contra este processo.

Por seu lado, a direcção do SPN comprometeu-se a apoiar e divulgar todas as iniciativas das escolas que visem contestar esta reestruturação, que considera lesiva dos interesses dos alunos e das escolas, assim como acompanhar, nos planos institucional e jurídico, o desenvolvimento da situação.



FRENTE COMUM APROVA PROPOSTA REIVINDICATIVA

A coordenadora da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP) aprovou o projecto de Proposta Reivindicativa para 2011. Uma proposta para ser debatida com os trabalhadores e que terá a sua versão final, para apresentar ao Governo, aprovada em cimeira de sindicatos a realizar no dia 22 de Setembro.

Num contexto político-social complexo, o Governo e os defensores de políticas neoliberais procuram fazer crer, agora com o pretexto da crise, que a redução do poder de compra dos trabalhadores e o aumento das desigualdades sociais a ele associados são necessários para a recuperação económica do país.

Para nós, educadores e professores, que vimos as condições de vida e de trabalho substancialmente agravadas ao longo dos últimos anos, bem como para todos os trabalhadores da Administração Pública, o momento é particularmente grave. Porque estamos conscientes da profunda interligação existente entre a luta pelos nossos direitos e a defesa das funções sociais a que o Estado está constitucionalmente obrigado, não vamos desistir de lutar pelos direitos adquiridos, tão arduamente conquistados, e por uma Administração Pública de qualidade ao serviço do povo português, o que faz da reivindicação salarial uma das frentes de luta a encarar com determinação.

Com efeito, uma Administração Pública de qualidade, eficaz e moderna, que dê resposta atempada e qualificada aos direitos sociais consagrados na Constituição – designadamente na Educação, Segurança Social, Saúde e Justiça –, não é possível com a continuidade de uma política atentatória da qualidade da cidadania, que não só degrada as condições de vida dos trabalhadores – precariedade, desemprego, diminuição real de salários e pensões –, como favorece a destruição da Administração Pública tal como a Constituição da República a consagra, para entregar os sectores rentáveis aos grandes grupos económico-financeiros, que se farão pagar bem para prestar os serviços sociais que o Estado está obrigado a prestar.

A FCSAP e os trabalhadores do sector têm desenvolvido uma luta persistente contra a execução do Plano de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) e contra as inerentes e brutais alterações legislativas na Administração Pública – quer no âmbito orgânico, quer no laboral – e suas nefastas consequências para o país. Se algumas das medidas negativas foram estancadas, em parte, no fundamental, vingaram os objectivos dos diplomas do Governo e a essência

do seu conteúdo de retrocesso social e civilizacional, com a inconstitucional retirada de direitos fundamentais e graves prejuízos para os trabalhadores.

Não podendo deixar de ter em conta esta realidade, o projecto de Proposta Reivindicativa apresentado aos trabalhadores para discussão consagra outras reivindicações, além da vertente directamente económica.

Numa primeira análise, rapidamente se constata que o Governo não respeita o quadro legal da negociação previsto na Lei 23/98, de 26 de Maio, e impõe, através do Plano de Estabilidade e Crescimento e do Orçamento de Estado, cortes nos salários e pensões, nos direitos dos trabalhadores, e tenta impor, anualmente, graves regressões sociais, acelerando a concentração da riqueza e a diminuição da percentagem do rendimento nacional que vai para os salários, ao mesmo tempo que utiliza uma postura de (falsa) negociação para confundir a opinião pública e dificultar um processo negocial sério.

Continuaremos, por isso, a exigir uma verdadeira negociação, nomeadamente no que diz respeito à matéria salarial e restantes prestações pecuniárias, matéria que deverá ser negociada em primeiro lugar.

Durante o período 2000-2010, os trabalhadores da Administração Pública perderam em média 6,8% do seu poder de compra. Neste período, os trabalhadores com remunerações inferiores a 1.050€ sofreram uma redução no seu poder de compra de 4,7% e os restantes uma redução de 8% – a redução média (ponderada) das remunerações de todos os trabalhadores da Administração Pública atingiu assim os 6,8%, no período considerado.

A actualização de 2,9% em 2009 – ano de eleições, em que o Governo previa uma inflação de 2,5%, o que daria um aumento real de 0,4% – não foi, pois, suficiente para compensar a quebra real das remunerações verificada durante os mandatos dos dois últimos governos, sendo as remunerações reais actuais inferiores às de 2005.

Assim, uma parte significativa do combate ao défice foi conseguida à custa dos trabalhadores da Administração Pública, como o próprio Governo reconhece, designadamente através da perda do poder de compra das remunerações reais, do congelamento das carreiras, da degradação dos serviços, consequência do congelamento das entradas, ou da redução das pensões, utilizados como instrumento de redução do défice. De acordo com os dados oficiais, considerando o período Janeiro-Maio, as despesas com o pessoal na Administração Pública Central, medida em percentagem do Produto Interno Bruto, diminuiu de 8,1% para 6,1%, o que deverá representar, só em 2010, uma redução da despesa de 3.400 milhões de euros. Por outro lado, prevê-se que, no período 2010-2012, o índice de preços no consumidor (IPC) aumente cerca de 3,5%.

Para evitar a continuação da quebra significativa que se tem verificado nas remunerações reais dos trabalhadores da Administração Pública, com consequências dramáticas nas suas condições de vida, a FCSAP apresenta as seguintes propostas pecuniárias:

- a) Actualização de 50€ em todas as posições remuneratórias. As remunerações dos trabalhadores dos serviços periféricos externos serão corrigidas tendo também em conta as inflações locais e as respectivas variações cambiais.
- b) Actualização de 50€ em todas as pensões.
- c) Assegurar em cada serviço as verbas necessárias para as mudanças de posicionamento remuneratório.
- d) Actualização do subsídio de refeição para 6,50€.
- e) Fixação da pensão de sobrevivência em 65% da pensão do cônjuge falecido, tal como se verifica no regime geral.
- f) Actualização de 4% nas restantes prestações pecuniárias.
- g) Dedução, em sede de IRS, das despesas com formação profissional e equipamento para o exercício de funções.



Direitos

Exigimos a revogação e substituição da legislação da reforma na Administração Pública resultante da implementação do PRACE, bem como o respeito pelos direitos adquiridos pelos trabalhadores e aposentados.

Situações mais graves, a corrigir no imediato:

- a) Reposição do vínculo público de nomeação aos trabalhadores da Administração Pública.
- b) Regularização de todas as situações de precariedade, com a realização de procedimentos concursais e a integração nos quadros de pessoal dos trabalhadores que desempenhem funções correspondentes a necessidades permanentes dos diferentes serviços ou organismos, independentemente da situação contratual em que se encontrem – trabalho a termo, a (falso) recibo verde, à tarefa, (falsos) bolsheiros ou outros.
- c) Reintrodução dos quadros de pessoal, em vez de mapas de pessoal.
- d) Alargamento a todos os trabalhadores da Administração Pública dos regimes de horários de trabalho do decreto 259/98, de 18 de Agosto.
- e) Reposição do horário nocturno entre as 20 horas de um dia e as 7 horas do dia seguinte.
- f) Fazer incidir sobre a totalidade das remunerações auferidas, os descontos para a Caixa Geral de Aposentações e para a ADSE, dos trabalhadores em regime de cedência, ou qualquer outro legalmente previsto.
- g) Alargamento da ADSE a todos os trabalhadores da Administração Pública, designadamente aos trabalhadores das EPE e das empresas municipais.
- h) Regulamentação e aplicação de todos os suplementos remuneratórios, designadamente do suplemento de risco, penosidade e insalubridade, dando cumprimento a compromissos assumidos pelo Governo e às decisões da Assembleia da República.
- i) Revogação do SIADAP e estabelecimento de um sistema de avaliação de desempenho sem ‘quotas’, que tenha em conta o interesse público e o desenvolvimento profissional dos trabalhadores.
- j) Publicação obrigatória dos Acordos de Entidade Empregadora Pública negociados e acordados, sem dependência da “homologação” do Ministério das Finanças e da Administração Pública.
- k) Atribuição do crédito legal de horas para o exercício da actividade sindical a todos os membros dos órgãos das associações sindicais, sem recurso a “tectos” artificiais.
- l) Respeito pela livre autonomia de organização dos sindicatos.
- m) Cumprimento efectivo do direito à formação profissional e contínua, incluindo a formação dos trabalhadores em Segurança e Saúde no Trabalho, com a concessão da dispensa de 2 dias por mês aos candidatos a representantes de SST, para poderem participar nessas acções de formação.
- n) Recuperação e contagem integral do tempo de serviço prestado e não considerado, quer para efeitos de progressão na respectiva carreira, quer para a mudança e reposicionamento salarial no escalão respectivo.

Nota: Convém salientar, a título de exemplo, que a actualização de 50€ para todas as posições remuneratórias se traduz para os educadores e professores contratados (índice 151) num aumento percentual de 3,64%, para os educadores e professores do 5º Escalão (índice 235) num aumento percentual de 2,34% e para os educadores e professores do 9º Escalão (índice 340) num aumento percentual de 1,62%.



REGRESSO ÀS AULAS COM NOVOS E VELHOS PROBLEMAS

Por estes dias, milhares de estudantes retornam às suas escolas – com a excepção daqueles que estudavam nas 701 do 1º Ciclo do Ensino Básico que encerraram em meados de Agosto, três semanas antes do início do novo ano lectivo – e outros iniciam uma etapa na sua vida.

A região Norte é a mais afectada, com 384 escolas fechadas por imposição ministerial. Mais de 10 mil alunos vão necessitar de transporte e o sistema não está ainda definido. Como a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) afirmou, “as principais penalizadas com esta imposição serão as crianças, se não estiverem asseguradas deslocações de curta duração nas condições de segurança e conforto legalmente estabelecidas, e se não houver uma resposta social adequada e de qualidade que assegure refeições gratuitas e ocupação dos tempos que medeiam entre o final das aulas e o regresso a casa”.

A reorganização da rede escolar não pode ser encarada apenas na óptica da racionalização de recursos, isto é, não pode ser um processo economicista de reduzir os custos em Educação a “qualquer preço”, como tem acontecido. Neste domínio, como em todos os outros, não são aceitáveis soluções administrativas de formato único como o Ministério da Educação pretende impor.

Um novo ano lectivo começa, com novos e velhos problemas para professores e alunos:

- irão encontrar um novo Estatuto do Aluno que obrigará as escolas a reverem regulamentos internos, na maior parte dos casos, recentemente aprovados;
- na sequência do recente alargamento da escolaridade obrigatória, espera-se (e exige-se) a abertura de uma efectiva discussão pública, amplamente participada, sobre o que o país pretende relativamente a esta matéria e sobre a forma como devem ser organizados os 12 anos de ensino, Básico e Secundário.

Esta não pode ser mais uma discussão tipo “revolução silenciosa”, que fica fechada nos gabinetes dos “especialistas” do ME. Com a anterior equipa ministerial (de muito má memória), acentuou-se a disciplinarização do 1º Ciclo, criando até novas orientações curriculares, indiferentes à dimensão pedagógica do trabalho das escolas e dos professores e à sua preocupação com a iniciação das aprendizagens formais neste ciclo de escolaridade.

Ao analisar a situação nas escolas do 1º Ciclo, a Fenprof verificou e entende destacar:

Relativamente aos professores: horário lectivo e não lectivo sobrecarregado; exagerado número de funções atribuídas (muitas de carácter meramente burocrático), inviabilizando o respeito pela componente individual (fundamental para a preparação e organização do trabalho com a turma, constituída frequentemente por vários níveis); a adulteração/flexibilização dos horários, fruto da introdução das AEC, com sérios reflexos nas aprendizagens académicas dos alunos, na detecção de necessidades educativas individuais, no atendimento aos encarregados de educação, na busca das estratégias mais adequadas para combater o insucesso... O que aponta para a necessidade de reorganizar as escolas numa lógica diferente da actual.

Relativamente às AEC: é inquestionável a necessidade das famílias de encontrarem uma resposta social de qualidade para a ocupação de tempos livres das crianças e jovens em idade escolar. Por isso mesmo, é imperioso promover uma diferenciação clara entre as actividades de enriquecimento curricular e o currículo formal, sob pena, de aqueles que estão directamente envolvidos não saberem quando começa um e quando acaba outro, com tudo de negativo que isso traz para as crianças e para os profissionais.

Por tudo isto, urge repensar o 1º Ciclo, integrando-o numa verdadeira revisão curricular e numa lógica de serviço público de qualidade. Por tudo isto, também, urge manter a luta em defesa de uma Escola Pública de qualidade e de sucesso para todos. ▶

Lurdes Veiga,

Direcção Distrital de Braga/SPN



COLÓQUIO

**Repúblicas Ibéricas:
Desafios de Educação,
Formação e Cidadania**

**José Hernández Díaz
Manuel Loff**

**Moderação
Isabel Baptista**

**Professores e República:
Desafios de Autoridade
Profissional e Cívica**

**António Teodoro
Mário Nogueira
Paulo Sucena**

**Moderação
Manuela Mendonça**

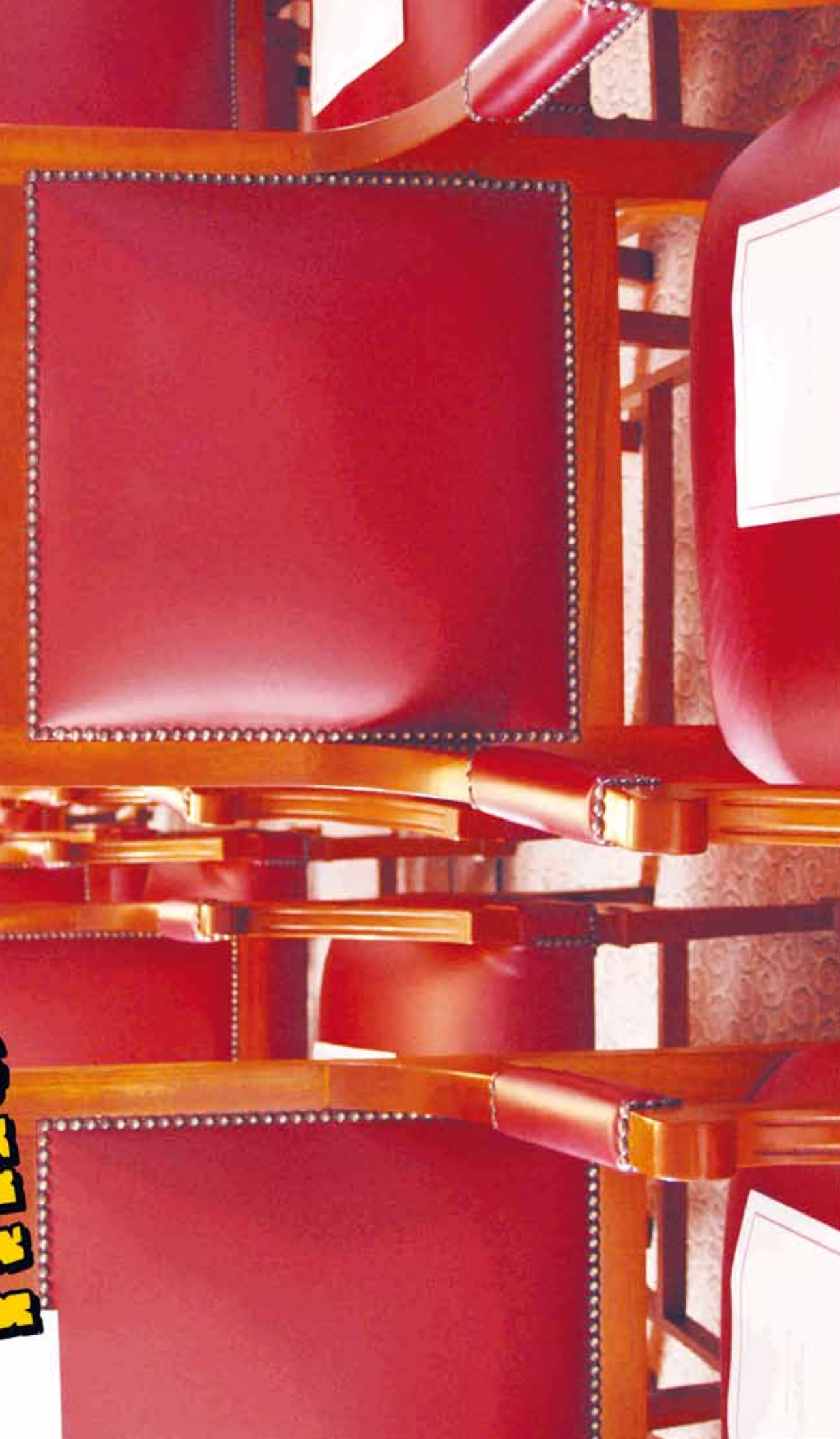
**CONSERVATÓRIO
DE MÚSICA DO PORTO**

Pç. Pedro Nunes (Esc. Sec. Rodrigues de Freitas)

**2 OUTUBRO 2010
09h30/13h30**

EDUCACÃO
ES
PÚBLICA





RESERVA

Inscrições / informações:
Sílvia Enes
Telef.: 226002740
silvia.enes@apagina.pt

organização
a **ágina**
da **educação**

rofedições
apoto

Sindicato dos
Professores do Norte



membro da
FENPROF

Da indisciplina à violência nas escolas: de onde vem, que responsabilidades, como enfrentá-la?

Não é possível num curto artigo responder a questões tão prementes como as colocadas no título. Mas o título deste pequeno texto visa enunciar alguns princípios a ter em conta ao ser abordado o tema da indisciplina e, sobretudo, da violência em espaço escolar.

Diz-se que o comportamento dos alunos é cada vez mais associal ou mesmo anti-social, confundindo o social com o sociável e fixando-se mais nos efeitos e responsabilidades a nível interactivo e, em particular, na relação aluno-professor. E, de facto, ouvindo testemunhos de professores nas escolas a lidar com alunos, particularmente entre os 10 e 16 anos, é deveras preocupante a situação. O professor, além de desvalorizado na sua nobre função, e por vezes violentado na sua pessoa, vê o seu saber e a sua palavra desautorizados. Mas será legítimo fixar apenas nos alunos a principal responsabilidade desta situação?

A violência é, também ela, um fenómeno eminentemente social, sendo gerada no quadro de uma sociedade desigual e de um Estado que, enquanto entidade maior de produção e reprodução de violência, é o principal responsável das várias formas de violência. Sem menosprezar outras instâncias, como veremos, é na sociedade e no Estado classista, dominador e opressor que reside a principal fonte de violência. Tal como o poder, também a violência perpassa não só o Estado, como a maior parte das empresas, das instituições, das comunidades e pequenas unidades de trabalho e interacção, como as escolas. Considerando a entrada maciça de alunos, nas últimas décadas, com marcante heterogeneidade económica, social e cultural, provenientes de diversas classes e grupos sociais, nacionais e étnicos, não é possível o nivelamento, e muito menos a anulação, dessas heterogeneidades e contradições sociais exteriores que se repercutem na própria escola.

Os professores, embora podendo dar o seu contributo na educação cívica e cidadã dos alunos, não podem por si só fazer face a este magno problema, necessitando do contributo não só da direcção da escola, como da comunidade escolar e, em particular, das famílias. Aliás, estas deverão ser chamadas a enfrentar e resolver estes casos, na medida do possível. Porém, o problema é mais complexo e, por isso, não devemos fixarmo-nos na árvore e esquecer a floresta.



Estado-penal ou Estado-social?

As causas dos problemas escolares (inclusive os de indisciplina e da própria violência escolar) têm raízes nas próprias estruturas económicas e sociais, complexos organizacionais e políticos. Por seu turno, se os alunos (e, em maior ou menor grau, as respectivas famílias) devem ser educados no respeito mútuo e para com os professores e, como tal, responsabilizados nas suas acções, não é de modo algum sustentável, de modo voluntarista e injusto, colocar ao mesmo nível as responsabilidades das famílias e, sobretudo, dos alunos e as do Estado, além de outras instituições presentes na sociedade.

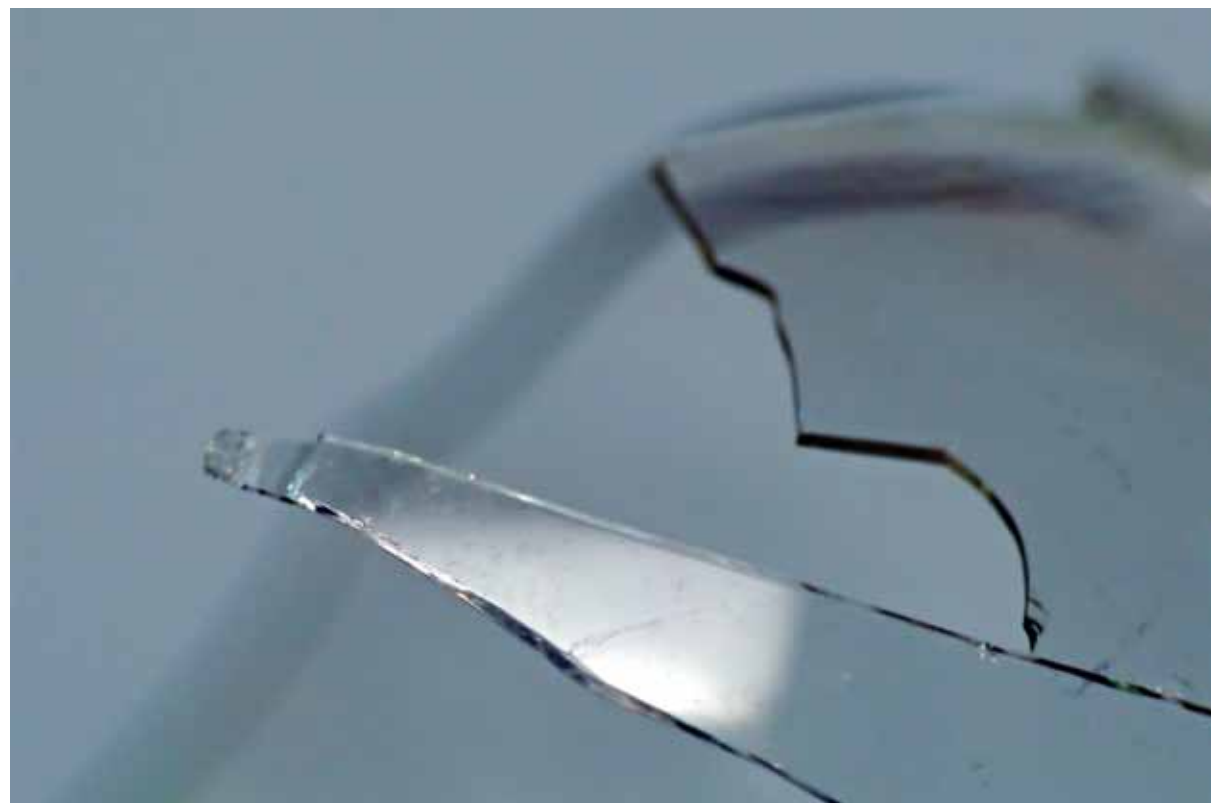
Deste modo, poder-se-á dizer que, em termos estratégicos, só alterando o tipo de sociedade e de Estado poderemos ver criadas algumas condições básicas de superação das desigualdades sociais e formas de violência. Mas tal não deve nem pode paralisar-nos e impedir-nos de enfrentar os problemas da indisciplina e sobretudo da violência, exigindo do Estado as condições e os meios necessários para o sucesso escolar dos alunos, a começar por políticas públicas e sociais – ou seja, mais Estado social de apoio às famílias mais carenciadas e de maior acompanhamento dos alunos através de profissionais como psicólogos, sociólogos, assistentes sociais, animadores com perspectiva multicultural, entre outros. Esta será uma das vias para evitar a marginalização, a guetização, a formação de pequenos grupos promotores de *bullying* e violência no espaço escolar. Mais, quanto maior investimento se faça no social, menor terá que ser o investimento posterior no Estado repressivo e punitivo.

Dir-nos-ão que os problemas de indisciplina são até causados por filhos de famílias mais providas. Mas enquanto estes tenderão a ser resolvidos no quadro escolar ou familiar e não terão, em regra, efeitos de marginalização e exclusão, os filhos de famílias pobres, social e etnicamente discriminadas, serão lançados à sua sorte, criando-se o clima propício à pequena criminalidade e, eventualmente, à formação de guetos, de bandos e, eventualmente, *gangs*. Então, intervirá o Estado, já não tanto o Estado-social, mas o Estado-penal, que, em vários países, a começar pelos Estados Unidos, constitui uma mancha negra no que concerne aos próprios direitos humanos.

Concluindo, defender a dignidade e inclusive a presunção de verdade do professor é uma proposta justa, mas tendo presente que este reconhecimento deverá vir não só dos alunos e das famílias, mas sobretudo do Estado – o principal responsável pela desvalorização dos professores e pela degradação do seu estatuto e da sua imagem – na escola e na própria sociedade.

Manuel Carlos Silva, Pedro Oliveira e Teresa Medina,

Direcção do SPN



ESCOLA SEGURA

Todos nós já fomos alunos e passámos pelos bancos da escola. Sabíamos o que é aprender, o que é brincar, o que é pisar o risco. Sabíamos também o que era a autoridade dos nossos pais, dos professores, do Director de Turma e principalmente do director (ou presidente do Conselho Executivo). Tudo era claro, havia regras que tinham de ser cumpridas e, se não fossem, sabíamos que teríamos um castigo adequado às circunstâncias.

A escola do passado era perfeita? Penso que não, mas pelo menos era segura! Brincávamos no pátio, gozávamos a nossa liberdade quando algum professor faltava. Tínhamos tempo para conviver com os colegas, alguns dos quais se tornavam amigos para a vida.

Saíamos e entrávamos na escola sem ser necessário mostrar o cartão de estudante, porque o porteiro, que trabalhava lá há anos, conhecia-nos bem. Havia funcionários por todos os recantos da escola, e não dava para fazer muita coisa às escondidas. As situações eram prevenidas pela vigilância de pessoas em quem nós confiávamos, com quem às vezes confidenciávamos a nossa vida.

Quando, por exemplo, um aluno era suspenso, era uma vergonha enorme para o próprio, pois toda a escola sabia o que lhe tinha acontecido. Era lido em todas as turmas um comunicado da Direcção com o nome do aluno e o castigo que ele iria ter. E nós compreendíamos que teríamos o mesmo destino se fôssemos por maus caminhos.

Hoje a escola evoluiu muito. Sofreu reformas e contra-reformas. Sofreu um choque tecnológico. A minha escola tem imensos computadores enviados pelo Ministério da Educação, que estão a apanhar pó, simplesmente porque a instalação eléctrica é antiga, e, começando a ligar vários computadores, a luz vai abaixo. O que sobra em computadores falta em aquecedores, e professores e alunos têm de trabalhar em condições inacreditáveis, no século XXI, num país que se diz civilizado.

Instalaram-se câmaras de videovigilância, não para detectar situações de violência, mas para proteger os computadores, para que nenhum larápio dê uso ao que não nos faz falta.

Em cada sala ainda existe uma campainha para chamar um funcionário. Curiosamente, até hoje nunca ninguém me veio perguntar o que eu precisava depois de ter tocado insistentemente. Poderia até estar a ser agredida por alunos, que não era o caso, mas se fosse, ninguém me viria socorrer, disso tenho a certeza. Os funcionários são poucos, o trabalho muito, e vários são contratados e andam sempre a mudar de escola ou de emprego.

Mas temos de salientar as coisas positivas da escola actual, sem esquecer o Magalhães, é claro! Assistimos à renovação da face externa das escolas. Muitas são as que já entraram em obras. Contudo, curiosamente, ou não, começaram pelas escolas que estavam em melhor estado de preservação, as escolas de "elite". Falo da realidade do Porto, que é a que melhor conheço.

Mas como reciclar as pessoas? A violência é que vai numa escalada, e poucos são os que se querem meter. "Enquanto não for nada comigo, deixa-os andar!"

Os alunos desrespeitam os professores, exercem *bullying* sobre os colegas, mas não são castigados. Coitadinhos, não os podemos traumatizar!

Que sociedade é esta que estamos a formar, em que reina a impunidade, e a autoridade é praticamente impossível de se exercer, pois as instâncias superiores, da Escola e do Ministério de Educação, não nos dão força para isso? Somos desautorizados todos os dias. E há alunos que ainda gozam: "Então professora, quando é que vamos ser castigados?"

Tenho saudades do meu tempo de estudante, em que admirava os meus professores, respeitava os meus colegas e podia ser eu mesma. Hoje, bem pior do que ser professora, é ser aluno. Pois os mais frágeis não conseguem sobreviver nesta selva e vivem apavorados. Quem é que consegue aprender, se está cheio de medo dos colegas, muitas vezes da própria turma?

O mais engraçado, se não fosse trágico, é que as escolas mais complicadas não têm psicólogo. E as tais, de "elite", têm psicólogo a tempo inteiro.

Escola segura, procura-se!

Graça Borges

Professores bibliotecários

Na sessão de abertura, a Dr^a. Isabel Alçada sublinhou que era com o maior gosto que estava presente, sobretudo por “estar com professores que se entregam à mais difícil mas gostosa tarefa: levar a leitura para fora do espaço físico das escolas” [II Encontro de Escolas a LeR+, promovido pelo Plano Nacional de Leitura. Centro Cultural de Belém, 2 de Julho de 2010].

Há um ano, a criação de lugares de professores bibliotecários nas escolas integradas na Rede de Bibliotecas Escolares abriu uma porta muito importante para a promoção da leitura e do sucesso educativo. É comum afirmar que a leitura nos torna cidadãos activos e intervenientes, sendo por isso considerada um alicerce da sociedade do conhecimento. Também as bibliotecas escolares têm procurado intervir na promoção da leitura, assumindo um papel central e desenvolvendo actividades destinadas a cultivar o interesse pelo livro e o prazer de ler. Tornaram-se, neste último ano, em muitas escolas, o seu núcleo central, funcionando como centros de aprendizagem com planos de intervenção na promoção da leitura e das literacias da informação, dando um contributo importante à definição e

implementação dos planos curriculares e projectos educativos, sendo um suporte pedagógico dos professores e também um local de estudo e lazer para toda a comunidade escolar. O novo diploma (Portaria nº 558/2010), que o Ministério da Educação fez sair a 22 de Julho (quase em férias de Verão) com o objectivo de rever os critérios de designação de docentes para a função de professor bibliotecário, vem contradizer toda a “filosofia” subjacente à criação deste lugar pela Portaria nº 756/2009, de 14 de Julho. Há um ano, tratava-se de “garantir que a biblioteca escolar se assume, no novo modelo organizacional das escolas, como estrutura inovadora, funcionando dentro e para fora da escola, capaz de acompanhar e impulsionar as mudanças nas práticas educativas, necessárias para proporcionar o acesso à informação e ao conhecimento e o seu uso, exigidos pelas sociedades actuais. Uma das medidas fundamentais é a definição de um procedimento específico de selecção e afectação de recursos humanos, através da criação da função de professor bibliotecário”.

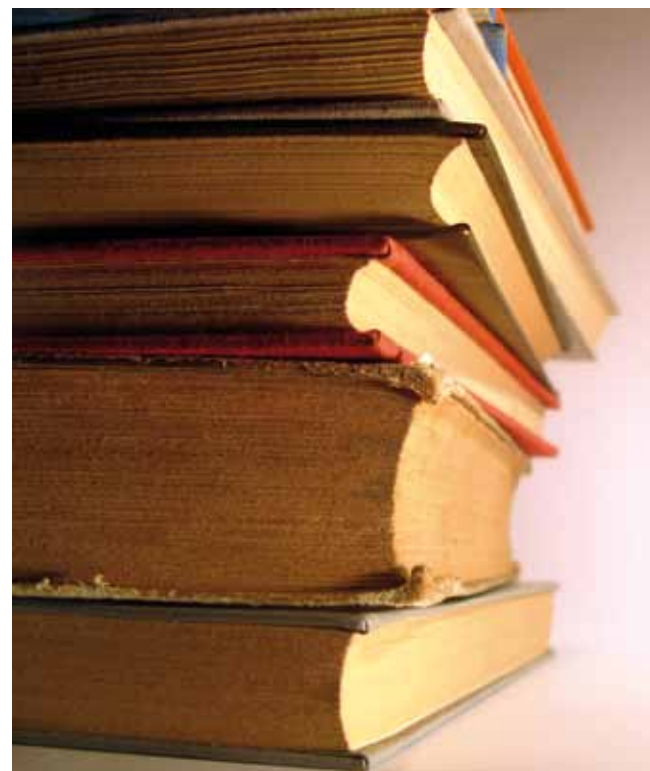
Um ano depois

De acordo com o novo diploma, o Ministério da Educação sentiu necessidade de “optimizar a afectação de docentes à função de professores bibliotecários” de maneira a “acautelar a eficácia e eficiência e uma melhor adequação da relação custo/benefício no funcionamento destas estruturas de apoio à aprendizagem”. Aqui é que reside o problema – o resultado destes reajustamentos deixa de fora cerca de 150 professores bibliotecários, que são assim dispensados das suas funções, já que o rácio, segundo os novos critérios, baixou de um professor para 525 alunos para um professor por cada 700 alunos.

Não houve, que se saiba, estudos que fundamentem esta decisão ou mesmo uma avaliação da aplicação do anterior diploma. Que impacto terá esta medida na situação da Rede de Bibliotecas Escolares, na qualidade do funcionamento das bibliotecas, no processo de ensino e aprendizagem dos alunos?

As condições de trabalho em qualidade vão certamente piorar com a diminuição de recursos humanos; terá que haver uma maior capacidade de adaptação às novas condições e vai ser mais difícil corresponder às expectativas que foram sendo criadas ao longo deste ano.

Esta medida, que tem certamente como objectivo uma redução de custos (falta saber se os ganhos vão ser bem empregues), ao ser tomada neste momento, revelou uma total falta de consideração pelas entidades envolvidas (escolas/agrupamentos, RBE, autarquias, bibliotecas municipais), mas, principalmente, pelos professores que, entretanto, perderam a possibilidade de concorrer porque estavam convencidos que trabalhariam nestas funções mais três anos, ou pelo menos mais um.



Filomena Lima Branco,
Centro de Documentação do SPN

SPN no congresso do MEM

O Sindicato dos Professores do Norte participou, como convidado, no 32º Congresso do Movimento da Escola Moderna, que decorreu na Universidade de Évora, em finais de Julho – um congresso dinâmico organizado em exposições e relatos de práticas pedagógicas, mediados por plenários/conferências e “condimentado” com momentos de lazer e cultura, obrigatórios numa cidade rica em património arquitectónico e gastronómico.

Num contexto educativo particularmente desinteressante e pouco motivador para os professores, cuja imagem social se encontra muito aquém do merecido e onde a participação e a democracia estão cada vez mais arredados da vida das escolas, foi bom ouvir de Sérgio Niza (na foto) uma lição de cidadania democrática, através de uma revisitação aos 100 anos da República, e escutar testemunhos sentidos de práticas lectivas de qualidade, que contrariam o que os governantes pensam dos professores portugueses.

Com uma apresentação, em simultâneo, de oito ou nove relatos por dia, contemplando os diferentes graus de ensino e múltiplas áreas curriculares, houve que fazer opções (difíceis, face à interessante diversidade de oferta) sobre a quais assistir, de acordo com interesses ou motivações pessoais e profissionais.

Em suma, foram quatro dias intensos de trabalho, num fim de ano lectivo extremamente cansativo, mas de onde todos saímos mais ricos com a partilha de experiências e reflexões e com os testemunhos de muitos docentes que nos deram novo ânimo para continuarmos a investir na educação e a acreditar que vale a pena lutar por aquilo em que acreditamos.



Maria José Silva,

Direcção Distrital do Porto/SPN

Professores aposentados: depois da Tailândia, objectivo-Madrid

Pela terceira vez, o Sindicato dos Professores do Norte promoveu uma viagem à Tailândia. As duas primeiras não se concretizaram, porque andavam por lá a dar uns tirinhos de que ao fim de dois dias ninguém mais ouvia falar, mas que nos obrigavam a escolher outro destino. Desta vez acertamos em cheio! Além de tiros, agora rajadas de metralhadora, tivemos estado de sítio, recolher obrigatório e limites para as nossas deslocações...

Mas nada disto assustou nem estragou as férias, que, como dizia uma colega, “acabaram muito depressa”. Só não ficamos a conhecer devidamente a cidade de Banguetque.

A Tailândia é linda, com templos maravilhosos (a que chamamos pagodes) e Budas deitados, de pé, sentados, esmeralda, mas nenhum igual aos nossos conhecidos. Tudo fez o encanto dos nossos olhos: os espectáculos maravilhosos, a tribo das mulheres-girafa, o show dos elefantes, as massagens tailandesas...

Agora segue-se Madrid, de 27 de Novembro a 2 de Dezembro. Para além de tempo livre para actividades a gosto, há diversas visitas previstas: às cidades de Salamanca e Ávila, aos museus do Prado, Thyssen-Bornemisza e Rainha Sofia, ao Vale dos Caídos, ao Escorial... Para mais informações, contactar o SPN.

Teresa Maia Mendes



Vinculação, carreira e remuneração

O quadro normativo da constituição da relação jurídica de emprego público está estabelecido pela Lei n.º 12-A/2008 (LVCR), de 27 de Fevereiro, a qual define, no artigo 9º, as modalidades respectivas: nomeação, contrato de trabalho em funções públicas e comissão de serviço.

Daqui resulta, em primeiro lugar, que, hoje em dia, não é possível conceber qualquer relação jurídica de emprego público fora do quadro da LVCR. Por outro lado, não estando prevista, no artigo 10º, a nomeação para a carreira docente, os vínculos com os docentes assumem, necessariamente, a modalidade de contrato de trabalho em funções públicas – a LVCR diz que é esta a modalidade adoptada quando não esteja expressamente prevista a nomeação ou a comissão de serviço (artigo 20º).

A este contrato de trabalho em funções públicas aplica-se, em primeiro lugar, a própria LVCR (nos termos definidos no artigo 81º). O que sucede é que, como estamos perante uma carreira especial, o respectivo Estatuto prevalece sobre o regime do contrato de trabalho em funções públicas; mas não, reitera-se, sobre a própria LVCR.

A diferença, relativamente a uma carreira geral, é portanto esta: enquanto numa carreira geral se aplica a LVCR e o regime do contrato de trabalho em funções públicas (geral para todas as carreiras gerais), na carreira docente, porque se trata de uma carreira especial, aplica-se a LVCR, depois o Estatuto da Carreira e só depois o regime do contrato de trabalho em funções públicas. Ou seja, o regime do contrato de trabalho em funções públicas ficará afastado em todas as matérias e domínios em que ocorra uma previsão normativa e um tratamento específico por parte do Estatuto. Mas não podemos, juridicamente, pretender afastar a LVCR ou fazer prevalecer o Estatuto sobre ela, por força da norma expressa de prevalência que consta do artigo 86º da LVCR.

Finkelstein na Árvore



A Comissão Nacional de Apoio ao Tribunal Russell sobre a Palestina (CNA-TRpP) – organização de personalidades portuguesas que trabalha pela aplicação do Direito Internacional para acabar com a ocupação israelita –, em conjunto com o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, vai promover uma série de conferências pelo autor e activista pelos direitos dos palestinianos, Norman Finkelstein.

Judeu americano e filho de sobreviventes do holocausto, Finkelstein é um estudioso de temas que dizem respeito ao sionismo, à Palestina e à ocupação israelita dos territórios palestinianos, sendo autor de vários artigos e livros; apesar de ser considerado um professor excepcional, a sua crítica implacável à ocupação e ao aproveitamento oportunista pelo Estado de Israel da realidade do holocausto para encobrir os crimes cometidos sobre os palestinianos levou a que lhe fosse recusada a posse na De Paul University, sendo colocado em licença administrativa e demitindo-se mais tarde. No seu livro mais recente, *This Time We Went Too Far: Truth and Consequences of the Gaza Invasion*, faz uma análise crítica do massacre perpetrado em Gaza pelo exército israelita durante a Operação Chumbo Derretido (Dezembro de 2008 a Janeiro de 2009).

No Porto, a conferência terá lugar Cooperativa Árvore (ao Passeio das Virtudes), no dia 30 de Setembro, às 18 horas.

IE contesta mercantilização da educação

Novo relatório da OCDE ignora por completo as consequências dos excessos do “mercado” na educação, que incluem acentuados cortes orçamentais, o encerramento de escolas em massa e o despedimento de dezenas de milhares de docentes necessários aos sistemas educativos.

O relatório *Panorama da Educação 2010*, publicado a 8 de Setembro, insiste na aplicação de regras de “mercado” à educação pública. Apesar da clara evidência dos benefícios económicos e sociais da educação, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) continua a defender a ideia de que, em tempos de reduções orçamentais, apenas os sistemas educativos que tenham demonstrado ser “eficazes e eficientes” poderão ter êxito e que os países devem encontrar novas formas de gerar uma melhor “relação qualidade-preço” a partir dos investimentos na educação.

De acordo com o relatório, é preocupante que nos países onde, ao longo da última década, teve lugar um aumento significativo dos gastos por estudante, não se tenham verificado melhorias correspondentes na qualidade dos resultados. A OCDE considera que a tarefa principal das políticas públicas é melhorar o rendimento dos sistemas educativos e incrementar a relação qualidade-preço. Isto exigirá que os sistemas educativos que operem em função da oferta tenham que desenvolver mecanismos efectivos para entender e responder às necessidades económicas e sociais de competências, que mudam rapidamente.

No futuro, segundo aquela organização de “cooperação e desenvolvimento”, o êxito dos sistemas educativos já não será medido pelo que os países gastam em educação, nem por quantos indivíduos terminam uma carreira, mas pelos resultados educativos alcançados e pelo seu impacto no progresso económico e social.

Realidade “ignora” OCDE

Numa análise do relatório enviado às organizações afiliadas, a Internacional da Educação (IE) manifesta-se “preocupada com as razões apresentadas pela OCDE para a escolha de escolas baseada na admissão de que a criação de escolas mais autónomas, em combinação com uma dotação financeira vinculada às inscrições, conduzirá à eficiência e inovação do currículo, do ensino e da gestão como forma de melhorar os resultados”.

Outras escolas, incluindo as que competem pelos mesmos estudantes, também poderiam melhorar mediante a adopção de práticas inovadoras. Não obstante, para a IE, o relatório não apresenta provas concludentes de que o consigam, havendo mesmo uma considerável percepção de que, na realidade, está a acontecer justamente o contrário.

“Existem provas sólidas e cada vez maiores, ignoradas pela OCDE, de como a imposição de mecanismos de mercado na educação – como a competitividade das escolas para atraírem estudantes, pais e docentes – está relacionada com a tendência emergente de provas de avaliação, ou exames, de grande impacto, o que restringe e simplifica a qualidade da educação e, em última instância, conduz a crescentes desigualdades e à segregação social”, considera o secretário-geral da IE, Fred van Leeuwen.



Profissão essencial na reconstrução do futuro

5 de Outubro: Dia Mundial dos Professores

Este ano, a celebração do Dia Mundial dos Professores pretende chamar a atenção para a importância da docência na superação das crises. Seja numa tragédia humanitária, como o terramoto no Haiti, ou um colapso económico como o que se vive actualmente a nível mundial, o papel dos professores e dos trabalhadores da educação é vital para a reconstrução social, económica e intelectual das populações e dos territórios afectados.

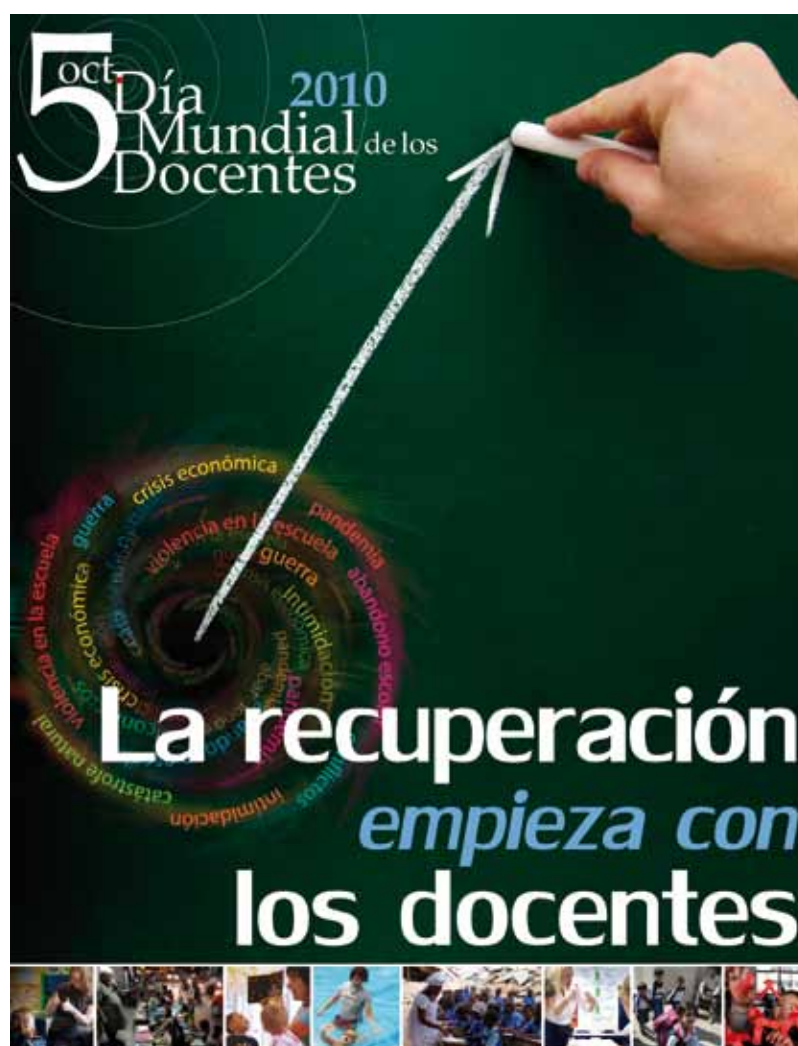
O Dia Mundial dos Professores tem como objectivo mobilizar o apoio e o reconhecimento para os profissionais da docência, garantindo a satisfação das necessidades das gerações futuras. A primeira edição celebrou-se em 1994, comemorando a aprovação da *Recomendação Conjunta Relativa à Situação do Pessoal Docente*, subscrita, em 1966, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) – documento de referência, a recomendação estabelece os direitos e deveres dos docentes e é de aplicação obrigatória em todos os países subscritores (Portugal incluído).

Desde 1997, com a assinatura da recomendação da UNESCO relativa à condição do pessoal docente do Ensino Superior, o Dia Mundial dos Professores também se celebra nos sectores da educação superior e da investigação.

Nota

IE. A Internacional da Educação representa cerca de 30 milhões de docentes e trabalhadores da educação, membros de 401 organizações afiliadas, repartidas por 172 países/territórios.

UNESCO. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura é um organismo especializado da ONU. O nome traduz a ambição de, através da educação, cimentar a paz nas mentes dos seres humanos.



5 de Octubre www.5oct.org



Educación Internacional
Internacional de la Educación
Internacional de la Educación
Internacional de la Educación



Organización
de las Naciones Unidas
para la Educación,
la Ciencia y la Cultura

Marrocos não respeita o governo espanhol nem os seus cidadãos

A activista saharai Aminatu Haidar, que regressou ao Sahara após uma greve de fome de 32 dias no aeroporto de Lanzarote (ilhas Canárias), afirma que o Governo marroquino não respeita o Executivo espanhol nem os seus cidadãos, depois de mostrar o seu agradecimento e a sua profunda solidariedade com 14 activistas espanhóis agredidos em El Aaiun durante um protesto a favor dos saharauis (ver caixa).

“Este tipo de solidariedade deixou todos os saharauis emocionados, porque é algo incrível e nobre”, considera Haidar, acrescentando que “toda a gente aqui fala do que se passou, inclusive as crianças nas ruas”. Ao mesmo tempo, Haidar afirmou que para a população saharai as agressões e a repressão por parte das autoridades são “algo normal”, com que vivem diariamente.

A activista, que já foi galardoada com vários prémios de direitos humanos, considera também que o Governo marroquino quer que a Espanha apoie claramente o seu plano de autonomia para o Sahara Ocidental e o seu controlo sobre o território – segundo Haidar, Marrocos baseia as suas relações com a comunidade internacional no pressuposto do reconhecimento da soberania marroquina sobre o Sahara Ocidental.

No que toca à postura espanhola face a Marrocos, Aminatu Haidar é de opinião que o Governo de Zapatero “não tem uma postura clara” sobre a questão do Sahara Ocidental, instando o Executivo espanhol a “que assuma a sua responsabilidade jurídica e moral”. Apela à comunidade internacional para que denuncie as agressões e, especialmente, ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, para que “abra os olhos” e dê luz verde à Missão da ONU para o Referendo no Sahara Ocidental (MINURSO), no sentido de assumir as suas competências – a propósito, Haidar salienta que as agressões aos activistas espanhóis ocorreram precisamente em frente ao hotel onde, assegura, se aloja a maioria dos funcionários da Missão.

A activista refere, também, alguns jornais de Marrocos que insistem em que os agressores eram civis e não polícias, como se não soubessem que as forças de segurança marroquinas actuam sempre à paisana no Sahara. “É algo normal”, adiantando que o Governo marroquino nega sempre as actuações desses polícias: “Rabat nega sempre os factos e tenta desviar a realidade”, refere Haidar, comentando a resposta marroquina ao pedido de explicações do ministro dos Assuntos Externos de Espanha, Miguel Ángel Moratinos.

Abel Macedo



Henrique Borges

“O SAHARA É UMA ENORME PRISÃO”.

No final de Agosto, 14 activistas espanhóis do colectivo Sáhara Acciones foram detidos e espancados pela polícia marroquina, em El Aiún, durante uma acção pública a favor da causa saharai. “Não esperávamos medidas tão horríveis”, afirmou Sara Mesa ao desembarcar em Las Palmas. “O Sahara Ocidental é como uma enorme prisão, onde a gente vive sob um clima de contínua repressão”. “Atacaram-nos sem avisar, em particular com murros directos aos rins e ao rosto. Insultaram-nos e cuspiram-nos sem parar”, denunciou, por seu lado, Anselmo Fariña, adiantando que “deveria haver mais de uma centena de polícias à paisana. Vários deles seguiam-nos desde a nossa entrada no território e inclusive no trajecto de regresso”. “Chegavam-nos relatos de que muitas mulheres e crianças saharauis eram espancadas e o resultado era muitos hematomas e muita cara ensanguentada. Queríamos denunciar essa repressão que sofre o povo saharai e acabámos por senti-la nas nossas próprias carnes”, lamenta este professor de Tenerife.

FÓRUM MUNDIAL DA EDUCAÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ NA EUROPA

Entre 10 e 13 de Dezembro, coincidindo com o 10º aniversário do Fórum Social Mundial (FSM), vai decorrer em Santiago de Compostela, na vizinha Galiza, o Fórum Mundial da Educação (FME). O lema é Educação, Investigação e Cultura de Paz.

Caracterizado pela pluralidade e diversidade, o FME – que integra o processo do FSM e tem como base a sua Carta de Princípios – é um movimento pela cidadania planetária e pelo direito universal à educação. Constitui-se como um espaço de diálogo entre todos os que, no mundo globalizado, desenvolvem projectos de educação popular (formal ou informal) e de combate ao neoliberalismo. Como todos os fóruns “agregados” ao FSM, o Fórum da Educação funciona de modo autogerido e auto-organizado, pelo que há quotas de inscrição no sentido de garantir o seu auto-financiamento. Os participantes no FME são quem propõe as actividades – em torno da educação, da investigação e da cultura de paz –, bem como os formatos adoptados. Os promotores das propostas que vierem a ser acolhidas no programa são os responsáveis pelo seu desenvolvimento, cabendo ao Comité Organizador proporcionar os espaços para a realização das diferentes iniciativas, bem como a sua inclusão no programa impresso e publicitação.



Eixos temáticos

Articulando relatórios e mesas-redondas com relatos de experiências e apresentações abertas, o FME propiciará metodologias activas e participativas no sentido de permitir a articulação de experiências de diferentes contextos internacionais e locais.

O Fórum constituirá também um espaço de balanço dos principais objectivos alcançados com o Decénio da Cultura de Paz das Nações Unidas e procurará identificar os principais desafios para o futuro.

O programa está estruturado em quatro grandes eixos temáticos:

- **Cultura de Paz (dia 10)** Comunicação para a paz. Cidadania global e governação cosmopolita. Mulheres e construção da paz. Culturas, identidades e religiões. Meio ambiente e paz. A prevenção da paz. Balanço e perspectivas do Decénio.

- **Educação para a Paz (dia 11)** Educação para todos: o repto do século XXI. Mediação e resolução pacífica dos conflitos: a educação para a convivência. A educação intercultural. A educação e as novas tecnologias: oportunidades para a paz. Novos enfoques e metodologias. Educar para a cidadania, os direitos humanos e a democracia.

- **Investigação para a Paz (dia 12)** Tendências e reptos na investigação para a paz no século XXI. Propostas para o desarmamento. Medir a paz: como avançar para um mundo mais pacífico. A proliferação nuclear. Crises humanitárias e exércitos. A reforma das Nações Unidas. As novas formas de violência no século XXI. Para uma sociedade civil global.

- **Aliança de Civilizações e Objectivos do Milénio (dia 13)** Desenvolvimento e paz: para além dos ODM. Superar a pobreza e a miséria. Migrações, direitos humanos e paz. Diálogo intercultural e inter-religioso. Balanço e perspectivas de futuro.

Mais informações:

<http://www.foro2010.org> | paz@sgep.org | 981 554 053 e 981 561 956 (Galiza)

O HOMEM DA LIBERDADE

O homem da liberdade percorre a cidade em busca da luz. O homem da liberdade percorre a idade em busca do amor. O homem da liberdade tornou-se naquele que é. O homem da liberdade cansa-se da conversa rotineira dos outros homens. O homem da liberdade quer novos homens, novas conversas. O homem da liberdade percorre a cidade e as ideias vêm. O homem da liberdade percorre a liberdade. O homem da liberdade não vê a liberdade no homem, sobretudo naquele que lhe está mais próximo. O homem da liberdade mesmo assim acredita no homem, no homem que não está completamente perdido. O homem da liberdade não quer saber que muitos dos outros homens não queiram saber dos seus escritos. O homem da liberdade percorre a cidade em busca da liberdade. O homem da liberdade é da cidade mesmo que a cidade não o compreenda. O homem da liberdade faz dos dias um novo começo. O homem da liberdade não quer o mesmo que os outros homens. O homem da liberdade fica a noite inteira no jardim com a Carlinha. O homem da liberdade não tem medo da noite. O homem da liberdade olha a mulher e deseja-a, mas não tem as preocupações do homem comum. O homem da liberdade saúda o homem comum, mas não o segue. O homem da liberdade não trabalha como o homem comum. O homem da liberdade não é como o homem comum e o homem comum sabe-o. O homem comum, no fundo, inveja o homem da liberdade. O homem comum inveja a liberdade e o desprendimento do homem da liberdade. O homem da liberdade não é da realidade, é da liberdade. O homem da liberdade é deste mundo, mas não é deste mundo. O homem da liberdade vive aquilo que é e aquilo que escreve. O homem da liberdade não está morto nem velho. O homem da liberdade não envelhece. O homem da liberdade está satisfeito consigo mesmo, mas quer ainda mais. O homem da liberdade não aparece no telejornal nem está preocupado com isso. O homem da liberdade está e não está dentro do fogo. O homem da liberdade é o fogo.

António Pedro Ribeiro



Henrique Borges

JAM SESSION *Seu Jorge and Almaz*

NO PORTO E EM LISBOA

Génese de um disco improvável: no seguimento de convite para participar na banda sonora de um filme, Seu Jorge juntou-se a Pupillo (bateria) e Lúcio Maia (guitarra) – dupla da Nação Zumbi – e ao baixista e compositor de música para cinema António Pinto (“Cidade De Deus”) e o quarteto deixou-se levar pela inspiração e química que nasceu em estúdio, com o produtor Mário C. ao comando das operações.

Resultado: além da canção prometida, nascia um novo projecto em forma de banda – Seu Jorge and Almaz – e um álbum homónimo que ainda pode ser uma revelação de 2010 nos escaparates portugueses (distribuição prevista para 27 de Setembro).

À partida, a gravação pode sugerir o espírito jam session de banda de garagem ocasional, mas requintada, num clima de arrojo e criatividade que parece premeditar a surpresa que causará no ouvinte.

Referências, estilos e influências que os marcaram, são bastantes. Sem ligar a cânones ou espartilhos de

género, os “quatro magníficos” misturaram tudo aquilo de que gostam, resultando um *melting pot* inesperadamente coerente: ouve-se o batuque malandro que acompanha Seu Jorge desde os Farofa Carioca, mas embrulhado num som sem fronteiras, combinando o samba tradicional com texturas próximas do rock e da soul, ou mesmo da electrónica alemã dos anos 70. E há versões, talvez improváveis: “The Model” (original dos Kraftwerk), “Rock With You” (Michael Jackson), “Everybody Loves the Sunshine” (Roy Ayers)...

Depois de uma digressão pelos EUA, conquistando o público e a crítica, Seu Jorge and Almaz vão subir aos Coliseus do Porto e de Lisboa, respectivamente nos dias 28 e 29 de Outubro. Os ingressos já estão à venda nos locais habituais.

Fonte: MDK artists



O corpo polimerizado

Seguindo o princípio *Ver é Saber*, uma exposição patente na Alfândega do Porto utiliza espécimes reais para mostrar o corpo humano.

Isto, porque “os corpos humanos são de facto mais complexos e maravilhosos do que todos os computadores que nos rodeiam. Mas muitos de nós não sabemos o que temos debaixo da pele – como o corpo funciona, de que necessita para sobreviver, o que o destrói, o que o reanima”...

O Corpo Humano Como Nunca O Viu é uma tentativa, e uma oportunidade, de contornar esta circunstância. Mas, perguntar-se-á, com “espécimes reais”? Como é possível? Como é que os corpos podem ser mostrados sem se deteriorarem?

Simplex: os corpos e órgãos mostrados são de indivíduos que optaram por doá-los para estudo e investigação. Consequentemente, as peças exibidas foram preparadas e conservadas por polimerização. Ou seja: primeiro, remove-se a água dos tecidos por submersão em acetona, posteriormente removida numa câmara de vácuo. Durante esta fase (impregnação), os espaços do tecido dentro do espécime são preenchidos com borracha líquida de silicone. Por último, durante a etapa de secagem, a borracha de silicone é tratada e endurecida. O produto final resulta um espécime revestido, que pode ser facilmente examinado, e sem qualquer possibilidade de se deteriorar.

o corpo humano como nunca o viu

Alfândega do Porto

todos os dias, 10h-21h

preços sob consulta (condições especiais para escolas e grupos)

informações: www.ocorpohumano.net | 220 191 612



Condição objectiva vs acção colectiva

“Além do manifesto rigor científico, e da equanimidade que o autor mostra mesmo quando enfrenta concepções e interpretações com as quais não simpatiza, o notável deste tratado é a sua paixão intelectual” [Salvador Giner, Academia das Ciências da Catalunha].

O tema das classes não está na moda, mas é velha-nova questão com diversos posicionamentos científicos, políticos e ideológicos/utópicos e com repercussões na vida quotidiana. As trajectórias e identidades colectivas e individuais enraizam-se nas condições objectivas de vida, nas quais relevam as estruturas de classe – articuláveis com outras vertentes, como o género ou a etnia.

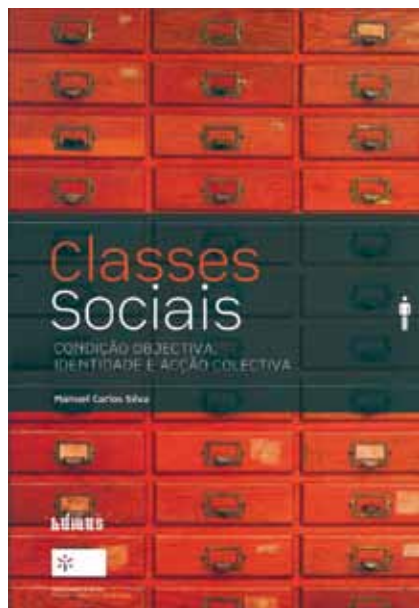
Manuel Carlos Silva expõe, confronta e avalia a teoria da estratificação – em contraste científico e político com as teorias weberiana e marxista – e avança pistas de reflexão sobre a identidade e sobre a correspondência ou discrepância entre a condição objectiva e a acção de classe.

Licenciado em Direito, pela Universidade de Lisboa, e em Sociologia, pela Universidade de Amesterdão – onde se doutorou em Ciências Sociais, Culturais e Políticas –, Manuel Carlos Silva é catedrático de Sociologia, na Universidade do Minho, e vice-presidente da Associação Portuguesa de Sociologia. Em 1998, foi distinguido com o Prémio Sedas Nunes pela obra «Resistir e Adaptar-se. Constrangimentos e Estratégias Camponesas no Noroeste de Portugal» (Afrontamento).

classes sociais: condição objectiva, identidade e acção colectiva

Manuel Carlos Silva

Edições Húmus





Postal da Liga Nacional da Instrução, CDABF/AF, BP-59

DUAS IMAGENS VALEM COMO MIL PALAVRAS





nesta edição

- a abrir
02. **Dias difíceis, resposta feita de crença e de luta**
- editorial
03. **Recuperação começa com os professores**
- acção sindical
04. **Informar, esclarecer, debater: plenários do SPN com boas participações**
05. **29 de Setembro, Dia Europeu de Acção**
06. **Crónica de uma desgraça anunciada**
09. **Comunidades Educativas contestam extinções**
10. **Reestruturação da rede escolar**
12. **Frente Comum aprova Proposta Reinindicativa**
15. **Regresso às aulas com novos e velhos problemas**
18. **Da indisciplina à violência nas escolas: de onde vem, que responsabilidades, como enfrentá-la?**
- correio dos leitores
20. **Escola segura**
- pontos de vista
21. **Professores Bibliotecários**
- notícias spn
22. **SPN no congresso do MEM | Professores aposentados: depois da Tailândia, objectivo-Madrid**
- diversos
23. **Vinculação, carreira e remuneração | Finkelstein na Árvore**
- internacional
24. **IE contesta mercantilização da educação**
25. **Profissão essencial na reconstrução do futuro**
26. **Marrocos não respeita o Governo Espanhol nem os seus cidadãos**
27. **Fórum Mundial da Educação pela primeira vez na Europa**
- narrativas
28. **O Homem da Liberdade**
- vemos, ouvimos e lemos
29. **Jam Session no Porto e em Lisboa**
- vemos, ouvimos e lemos
30. **O corpo polimerizado | Condição objectiva vs acção colectiva**
- a fechar
31. **Duas imagens valem como mil palavras**

Com esta edição, o Sindicato dos Professores do Norte remete aos seus associados a Agenda Fenprof 2010/2011. Alcança-se, assim, o que não tem sido fácil em anos anteriores – fazer coincidir o envio com o início do ano lectivo. Mas não há bela sem senão... Por lapso de edição, um conjunto de diplomas não foram incluídos na listagem de legislação, designadamente alguns dos mais recentes, de enorme importância para todos os educadores e professores. Apelando à compreensão dos sócios, informamos que com o próximo «Jornal da Fenprof» será enviada uma adenda com a legislação em falta.